

Capítulo 2

Desafios para estabelecer parcerias globais: dos biomas às pessoas

Patrícia Maria Drumond

Erich Gomes Schaitza

Introdução

O desenvolvimento global encontra-se em um momento crítico. Apesar dos avanços alcançados, a pobreza e as desigualdades, em suas múltiplas dimensões, permanecem ainda como um grande desafio em várias regiões. Crescimento econômico lento e díspar, abastecimento inadequado de alimentos, água e energia, baixo nível educacional e falta de trabalho em condições adequadas para todos, bem como situações de conflito, fragilidade e vulnerabilidade decorrentes de fatores econômicos, desastres naturais e pandemias, são também motivos de preocupação no mundo. Tais questões, associadas às mudanças climáticas e à demanda crescente de uso compartilhado dos recursos naturais, ampliam ainda mais a complexidade. Nesse contexto de incertezas e diversidade, surgem as parcerias, que buscam promover uma maior convergência de esforços para, entre outros objetivos, gerar oportunidades e resultados mais concretos, duradouros e efetivos, capazes de propiciar transformações socioeconômicas e um futuro sustentável a todos, sem distinção (Global Partnership for Effective Development Cooperation, 2014).

No caso específico do Brasil, um país de dimensões continentais, encontra-se uma diversidade enorme de paisagens nos seus vários biomas. Os países fronteiriços da América do Sul compartilham ecossistemas com o Brasil. Muito se fala, por exemplo, das semelhanças entre o Cerrado brasileiro e as Savanas africanas, entre as Florestas Tropicais brasileiras e as africanas e asiáticas. As interseções, todavia, vão além dos biomas, ocorrendo também com as pessoas. Os brasileiros da fronteira mantêm uma ligação íntima com seus vizinhos estrangeiros, compartilhando ecossistemas, problemas, desafios e oportunidades. O Brasil é também um país de alta diversidade no que tange à origem de suas populações, com parcelas significativas de descendentes de vários povos, que têm ligações culturais e afetivas com suas regiões de origem.

Neste capítulo, discutem-se as parcerias globais do ponto de vista organizacional e mudanças comportamentais na cooperação internacional, saindo de um ambiente de cooperação por camaradagem para outro em que há mais formalidade e profissionalismo.

Desafios

Debates voltados à estruturação de parcerias globais para o desenvolvimento sustentável têm sido objeto de discussão em diferentes fóruns internacionais promovidos pela Organisation for Economic Co-operation and Development [em tradução nossa, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico] (Organisation for Economic Co-operation and Development, 2017), pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (United Nations Economic and Social Council, 2017) e pela Global Partnership for Effective Development Co-operation [em tradução nossa, Parceria Global de Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz] (Global Partnership for Effective Development Co-operation, 2017), entre outros. A operacionalização das decisões tomadas nesses fóruns requer, todavia, o enfrentamento de uma série de particularidades e, em muitos casos, pode levar vários anos de negociação antes que as ações sejam de fato executadas e os impactos esperados obtidos. Passa, por exemplo, por questões associadas à propriedade intelectual e repartição de benefícios, em particular quando há possibilidade de desenvolvimento de novos produtos com apelo comercial. Nesse caso, observa-se a crescente instalação de mecanismos regulatórios nacionais. Tais mecanismos, embora úteis em seu país de origem, não possuem, necessariamente, equivalência e/ou compatibilidade com outros países. Na tentativa de minimizar essas discrepâncias, sugere-se, por exemplo, o estabelecimento de um padrão mínimo internacional no uso dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais a eles associados ou ainda a realização de auditorias por terceiros com a finalidade de assegurar o cumprimento da legislação nacional: um processo lento, considerando que cada país tem sua jurisdição e, conseqüentemente, sua soberania (Souza, 2014). Nesse caso, torna-se imprescindível a agregação de vontade política às ações de desenvolvimento sustentável que dependam do reconhecimento de direitos internacionais (The global..., 2013; Crigger, 2017; Global Partnership for Effective Development Cooperation, 2017), em particular nos diagnósticos dos vários biomas e suas potencialidades, ponto de partida para a compreensão da importância global dos ecossistemas.

As parcerias internacionais não garantem a realização de negociações em condições de igualdade, podendo, inclusive, promover dependência entre os países,

bem como a exploração oportunista de recursos desses parceiros; trata-se de um fato que pode se agravar quando a negociação envolve países em diferentes graus de desenvolvimento. Assim, não basta a simples transferência de conhecimentos e tecnologias por parte daquele que conhece mais, que pode mais, que possui maior poder aquisitivo. A negociação deve ser, desde os seus primórdios, participativa, com o envolvimento de todos os atores. Esse tipo de negociação normalmente requer maior tempo e aporte financeiro, além de metodologias próprias, que possibilitem tratar de forma adequada e democrática diferenças culturais, sociais, ambientais, econômicas e institucionais (The global..., 2013; Souza, 2014; Global Partnership for Effective Development Cooperation, 2017). Merece ainda que se dê prioridade ao adequado, efetivo e transparente funcionamento de instâncias colegiadas encarregadas de políticas públicas nos campos social, econômico e ambiental e, notadamente, daquelas associadas ao cumprimento de acordos internacionais (Relatório..., 2017). Muitas dessas instâncias estão vinculadas à administração pública, sujeitas a indicações políticas, que nem sempre estão comprometidas com a melhoria da qualidade de vida da sociedade e a geração do bem comum (Souza, 2014).

Ainda no campo do compartilhamento de conhecimentos e tecnologias, pouco se avançou na integração entre as diversas bases existentes. Na ausência de políticas de privacidade e de uso dos dados para fornecer, manter, desenvolver e proteger as informações e seus usuários, os resultados obtidos tendem a ficar dispersos e concentrados. Além disso, o momento econômico e político vivenciado em cada país também pode dificultar a coleta e integração dos dados. No Brasil, por exemplo, os recentes cortes de orçamento e a redução de capacidade operacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelos censos e índices econômicos, certamente colocam em risco a principal fonte de dados oficiais para avaliação dos avanços nas metas delineadas pela Agenda 2030 (Relatório..., 2017).

Há ainda as diferenças entre os parceiros com relação à capacidade de disponibilizar contrapartidas e competências técnico-científicas. Ou seja, um dos desafios no estabelecimento de parcerias globais passa obrigatoriamente pela revitalização dos profissionais e das instituições locais que, em algum momento, estarão envolvidas no desenho, planejamento, execução e monitoramento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável do planeta (Souza, 2014; Global Partnership for Effective Development Cooperation, 2017; Relatório..., 2017).

A Embrapa e as parcerias internacionais

Todos esses pontos têm reflexo na ação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para o estabelecimento de parcerias globais. A simplicidade de relacionamentos quase informais, em que grupos de pesquisadores com interesses similares intercambiavam conhecimentos e materiais genéticos sem qualquer arcabouço legal, evanesceu nesse ambiente complexo de mecanismos de propriedade intelectual e de repartição de benefícios.

O investimento substancial em capacitação de pesquisadores da Embrapa e do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária em universidades de todo o mundo foi uma das molas propulsoras do desenvolvimento agrícola nacional. A potência desse investimento vem sendo amplificada, em larga escala, pelo estabelecimento de parcerias formais e informais entre pesquisadores da Embrapa e o corpo técnico de pesquisadores daquelas universidades e empresas de pesquisa em que se formaram e pela ascensão de colegas de salas de aula, bancadas de laboratório e experimentos de campo para posições de destaque dentro da comunidade científica.

Introduções de materiais genéticos estrangeiros feitas de forma simples, com coletas apoiadas pela comunidade científica local e transporte de material na bagagem dos viajantes ou remessas por sistemas internacionais de entrega de mercadorias, não são mais possíveis sem trâmites legais. Enviar materiais genéticos do Brasil para o exterior também se tornou um processo complexo. As trocas de conhecimentos científicos e dados de pesquisa também ficaram mais raras em face da crescente competitividade dos setores acadêmicos e dos mecanismos de propriedade intelectual.

A migração de um ambiente simples, informal e de camaradagem para um novo ambiente, muito regulado por acordos internacionais em diversas áreas e muito modulado pela competitividade da economia do conhecimento, fez com que a Embrapa agregasse a suas equipes de pesquisa profissionais com competência nas áreas legais e de cooperação internacional, dando uma visão corporativa à cooperação. Foram criadas estruturas internas voltadas à cooperação internacional e à gestão de patrimônios genéticos e intelectuais. As plataformas de cooperação Agricultural Innovation Marketplace (MKTPlace) e Building on the Successes of the Marketplace (M-BoSs), apresentadas com mais detalhes no [Capítulo 5](#) desta obra, surgiram desse esforço, como mecanismos para a promoção de parcerias de forma organizada e com todo o suporte necessário para vencer as barreiras dos novos tempos. A Embrapa também lançou um programa de instalação de

escritórios e laboratórios no exterior, criando pontos de contato da pesquisa com países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O reconhecimento dos benefícios gerados pela ida de seus pesquisadores para o exterior e a compreensão de que gerar uma via inversa, em que técnicos de outros países poderiam se beneficiar do intercâmbio com a Embrapa e do contato com sua equipe técnica, deram origem a iniciativas como a Embrapa Estudos e Capacitação (Cecat), Unidade voltada ao fortalecimento de capacidades dos técnicos de países em desenvolvimento. A mesma lógica justificou a estruturação de projetos organizados pela Agência Brasileira de Cooperação, em que pesquisadores e técnicos da Embrapa são enviados para países parceiros para estabelecer cooperação técnica nas mais diversas áreas.

Considerações finais

Este capítulo tratou dos diferentes aspectos (tais como os regulatórios, culturais, sociais, ambientais, econômicos e institucionais) envolvidos no estabelecimento de parcerias. À medida que se avança no século 21 – um período em que as atividades humanas são as principais responsáveis pelas mudanças ambientais e climáticas do planeta (Waters et al., 2016) –, é evidente que todos os aspectos devem, sem exceção, ser levados em consideração, encontrando seu lugar no desenvolvimento global sustentável, bem como formando parcerias capazes de conciliar interesses individuais e coletivos, mesmo em ambientes altamente competitivos (Sullivan et al., 2018). Do ponto de vista institucional, embora o ambiente de cooperação internacional atual seja muito mais regulado do que nas décadas de 1980 e 1990, é altamente desejável incentivar uma maior ligação entre as pessoas, seja pela presença de profissionais no exterior, seja pela recepção de estrangeiros no Brasil ou ambos.

Referências

CRIGGER, B. J. Toward an ethics of community-academic partnership. **Narrative Inquiry in Bioethics**, v. 7, n. 1, p. 51-54, 2017. DOI: 10.1353/nib.2017.0016.

GLOBAL PARTNERSHIP FOR EFFECTIVE DEVELOPMENT COOPERATION. **About for Global Partnership**. 2017. Disponível em: <<http://effectivecooperation.org/>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

GLOBAL PARTNERSHIP FOR EFFECTIVE DEVELOPMENT COOPERATION. **First high-level meeting of the global partnership for effective development co-operation: building towards an inclusive post-2015 development agenda**. 2014. Disponível em: <http://effectivecooperation.org/wp-content/uploads/2014/07/ENG_Final-ConsensusMexicoHLMCommunique.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2017.

ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. **The high level fora on aid effectiveness: a history**. 2017. Disponível em <<http://www.oecd.org/dac/effectiveness/thehighlevelforaonaideffectivenessahistory.htm>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

RELATÓRIO luz da agenda 2030 de desenvolvimento sustentável: síntese. 2017. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030. Disponível em: <http://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1499785232Relatorio_sintese_v2_23jun.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.

SOUZA, A. de M. e. (Org.). **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília, DF: Ipea, 2014. 277 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24257>. Acesso em: 15 dez. 2017.

SULLIVAN, K.; THOMAS, S.; ROSANO, M. Using industrial ecology and strategic management concepts to pursue the Sustainable Development Goals. **Journal of Cleaner Production**, v. 174, p. 237-246, Feb. 2018. DOI: 10.1016/j.jclepro.2017.10.201.

THE GLOBAL partnership for development: the challenge we face: millennium development goal 8. New York: United Nations, 2013. (MDG Gap Task Force Report). Disponível em: <http://www.un.org/millenniumgoals/2013_Gap_Report/MDG%20GAP%20Task%20Force%20Report%202013_English.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2017.

UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL. **Development Cooperation Forum**. ECOSOC 70. Disponível em: <<https://www.un.org/ecosoc/en/development-cooperation-forum>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

WATERS, C. N.; ZALASIEWICZ, J.; SUMMERHAYES, C.; BARNOSKY, A. D.; POIRIER, C.; GAŁUSZKA, A.; CEARRETA, A.; EDGEWORTH, M.; ELLIS, E. C.; ELLIS, M.; JEANDEL, C.; LEINFELDER, C.; MCNEILL, J. R.; RICHTER, D. de B.; STEFFEN, W.; SYVITSKI, J.; VIDAS, D.; WAGREICH, M.; WILLIAMS, M.; ZHISHENG, A.; GRINEVALD, J.; ODADA, E.; ORESKES, N.; WOLFE, A. P. The Anthropocene is functionally and stratigraphically distinct from the Holocene. **Science**, v. 351, n. 6269, 2016. DOI: 10.1126/science.aad2622.